

Assunto: **Re: Ata Complementar Julgamento de Habilitação.**

De: Agrifami Itaboraí <agrifami.ita@gmail.com>

Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Data: 27/11/2024 15:05



Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 11.049 / 24

Fls. 405 Rubrica SA

- Recurso AGRIFAMI- 2024.pdf (~450 KB)

Boa tarde!

Segue o recurso da Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos - Agrifami.

At.te,
Alci Antônio Coração
Presidente

Em qui., 21 de nov. de 2024 às 16:34, Departamento de Licitação e Contratos <licitacao@saquarema.rj.gov.br> escreveu:

Prezados, boa tarde!

As informações solicitadas se encontram na Ata de Julgamento de Habilitação no Portal de transparência, favor acessar o link abaixo:

<https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/licitacoes/em-andamento/chamamentos-publicos/>

Obrigada.

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - licitacao@saquarema.rj.gov.br.

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ
CEP: 28990-756
Nosso e-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br

Em 21/11/2024 14:06, Agrifami Itaboraí escreveu:

Boa tarde!

Qual certidão da Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos -Agrifami que foi enviada vencida?

At.te,
Alci Antônio Coração

Em seg., 18 de nov. de 2024 às 15:02, Departamento de Licitação e Contratos <licitacao@saquarema.rj.gov.br> escreveu:

Prezados, boa tarde!

Encaminhamos a Ata Complementar Julgamento de Habilitação - Chamamento Público 001/2024, para ciência e manifestação.

--

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - licitacao@saquarema.rj.gov.br.

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ
CEP: 28990-756
Nosso e-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E Sr. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 11079 / 29
Fls. 1406 Rubrica \$

Ref.: Chamamento Público Nº 001/2024

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que **inabilitou do certame a Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos - AGRIFAMI**, participante do Chamamento Público 001/2024, consignada na Ata Complementar do Julgamento de Habilitação – Chamamento Público 001/2024, em 18 de novembro de 2024, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

SÍNTESE DOS FATOS

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência, e Tecnologia da Prefeitura de Saquarema/RJ, por intermédio do Departamento de Licitações e Contratos, tornou público o Edital, cujo objeto consiste na **"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR"**.

No dia 08 de novembro de 2024, o Departamento de Licitações e Contratos procedeu a abertura dos envelopes e exame dos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes. Após o exame tornou inabilitada a **Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos – AGRIFAMI**, alegando estar a Certidão de FGTS vencida.

Considerando que todos os demais documentos apresentados estavam de acordo com o solicitando no edital de Chamamento Público nº 0001/2024; Considerando que o documento essencial para a Chamada Pública é o CAF (Cadastro do Agricultor Familiar) estando este em sua validade, a **Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos – AGRIFAMI** vem através deste, recorrer da decisão apresentada na Ata Complementar do Julgamento de Habilitação – Chamamento Público 001/2024, do dia 18 de novembro de 2024, onde no item nº 03 indica certidão vencida, que Associação acima mencionada possa apresentar nova certidão de FGTS.

Nestes termos,
pede deferimento.

Itaboraí/RJ, 26 novembro de 2024.

Alci Antonio Coraia

Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos – AGRIFAM

Presidente



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1409 RUBRICA

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITABORAÍ E MUNICÍPIOS VIZINHOS (AGRIFAMI)

Referente ao Processo nº 11079/2024

Chamamento Público nº 001/2024

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Chamamento Público Presencial nº 001/2024, interposto pela cooperativa **Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos (AGRIFAMI)**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.304.912/0001-43, estabelecida na Rua Padre Egidio Cavouth SN Lote 24 Quadra 02 - Jardim Imperial - Itaboraí/RJ.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

O direito ao recurso administrativo em processos licitatórios é garantido pela Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos. Especificamente, o art. 165 da referida Lei assegura aos licitantes a possibilidade de interpor recurso contra atos de habilitação e inabilitação, nos seguintes termos:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1440 RUBRICA SA

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O prazo para interposição do recurso foi devidamente observado pela **COOPERATIVA AGRIFAMI**, que manifestou tempestivamente em ata sua intenção de recorrer contra a decisão de inabilitação no Chamamento Público nº 001/2024, atendendo ao disposto no art. 165, inciso I, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021. Portanto, o presente recurso deve ser conhecido, tendo em vista a sua admissibilidade formal.



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 3411 RUBRICA \$

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública de abertura dos envelopes do certame, foi marcada originalmente para ocorrer em 08/11/2024, encerrando-se 22/11/2024, quando, assistindo ao item 11 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos registrado em ata ao encerramento de cada fase e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 14.133/2021 em exame foi interposto tempestivamente via correio eletrônico. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e 165, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021;

O edital do Chamamento Público nº 001/2024 estipulou que as recorrentes deveriam se manifestar motivadamente em ata suas intenções de recursos, em conformidade com o art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021. A recorrente observou rigorosamente esses prazos, apresentando suas razões dentro do período legal de 3 (três) dias úteis, contados a partir da intimação da decisão de inabilitação.

Assim, o recurso interposto pela Associação Agrifami é tempestivo, estando plenamente adequado às exigências formais para seu processamento.

III. DO PROCEDIMENTO DE ORIGEM DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 11.079/2024 referente ao chamamento público para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, através de chamamento público, destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência para compor a merenda Escolar das Unidades de Ensino – Creche, Pré-Escolar, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial, com entrega parcelada, durante o ano de 2024 do Município de Saquarema/RJ.

Antes de dar prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 11 da Lei 14.133/2024, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

9



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1412 RUBRICA

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Informo que, na análise do mérito do recurso apresentado, o presente foi interposto pela AGRIFAMI em razão da sua inabilitação no Chamamento Público nº 001/2024. A decisão de inabilitação foi fundamentada na apresentação de Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) com validade expirada à data da sessão de habilitação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece as normas gerais para a condução dos processos licitatórios e contratos administrativos, e impõe que todos os licitantes e a Administração Pública observem rigorosamente as disposições do edital, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021, prevê expressamente que:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1413 RUBRICA

Assim, todas as exigências constantes do edital devem ser cumpridas pelos licitantes, sob pena de desclassificação ou inabilitação. O edital é a norma que vincula tanto a Administração quanto os participantes da licitação, devendo ser respeitado em sua integralidade.

V. DOS PEDIDO DA RECORRENTE:

A recorrente alega, resumidamente, e após requer que:

Considerando que todos os demais documentos apresentados estavam de acordo com o solicitando no edital de Chamamento Público nº 0001/2024; Considerando que o documento essencial para a Chamada Pública é o CAF (Cadastro do Agricultor Familiar) estando este em sua validade, a Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos — AGRIFAMI vem através deste, recorrer da decisão apresentada na Ata Complementar do Julgamento de Habilitação — Chamamento Publico 001/2024, do dia 18 de novembro de 2024, onde no item nº 03 indica certidão vencida, que Associação acima mencionada possa apresentar nova certidão de FGTS.

VI. ANÁLISE DO RECURSO

Em seu recurso, a recorrente alega que o documento CAF (Cadastro do Agricultor Familiar) estava válido e que deveria ser permitido sanar a irregularidade mediante a apresentação de uma nova certidão.

Conforme analisado, a decisão de inabilitação está integralmente fundamentada no edital do certame, especialmente no item 6.1.1.a.4, que exige a apresentação de certidões em plena validade. Além disso, a tentativa de complementar documentos vencidos na data do certame encontra óbice no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que limita a diligência para esclarecer dúvidas ou corrigir falhas formais, e não para suprir ausência ou invalidade de documentos essenciais.

Dessa forma, proceder-se-á à análise detida e fundamentada dos pontos apresentados pela recorrente, reafirmando a correção e a legalidade da decisão de inabilitação.



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 3414 RUBRICA SA

I – Da Apresentação de Certidão de FGTS vencida:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

"A inabilitação fundamentou-se unicamente na validade expirada da Certidão de Regularidade do FGTS, sendo que o restante da documentação estava regular. A AGRIFAMI argumenta que o CAF válido seria o documento mais essencial e solicita a possibilidade de apresentar nova certidão de FGTS."

Resposta a Recorrente:

O item 6.1.1.a.4 do edital do Chamamento Público nº 001/2024 exige expressamente a apresentação de certidões negativas de débitos trabalhistas, previdenciários e de FGTS válidas na data da habilitação. Trata-se de um requisito essencial para atestar a regularidade fiscal da proponente, refletindo a observância dos princípios da legalidade e da moralidade administrativa que regem as contratações públicas.

A Certidão de Regularidade do FGTS apresentada pela recorrente possuía validade expirada na data da sessão de habilitação, ocorrida em 08 de novembro de 2024. De acordo com a legislação e jurisprudência consolidada, a validade do documento é elemento objetivo, que deve ser comprovado no momento da habilitação, e não posteriormente. A ausência desse requisito na data estipulada configura falha substancial, não sendo passível de correção mediante diligência, conforme art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Permitir a regularização de documentos essenciais após a sessão de habilitação violaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de comprometer a isonomia entre os licitantes. Todos os participantes estão sujeitos às mesmas condições previstas no edital, e flexibilizar tais exigências em favor de uma única participante acarretaria desequilíbrio no certame e insegurança jurídica.

Ademais, o argumento de que o CAF seria o documento mais essencial, conforme disposto no item 6.1.1.a.2 do edital, não exime a recorrente de atender aos demais requisitos, incluindo a apresentação da certidão do FGTS válida. A habilitação é composta por um conjunto de exigências, todas de igual relevância, que visam garantir a idoneidade e a capacidade jurídica, fiscal e técnica das proponentes.



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1415 RUBRICA 

A apresentação de uma certidão vencida inviabiliza a habilitação da AGRIFAMI, uma vez que a regularidade fiscal não pode ser comprovada de forma retroativa ou com base em complementação posterior.

II – Da Impossibilidade de saneamento de documentos vencidos:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

"A AGRIFAMI solicita a possibilidade de apresentar uma nova certidão de FGTS, argumentando que a falha foi meramente formal e não compromete sua capacidade de execução do objeto do certame."

Resposta a Recorrente:

A legislação vigente e as disposições do edital são claras ao delimitar os limites para complementação documental. O art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permite a realização de diligências para esclarecimentos de documentos apresentados, desde que isso não implique a inclusão de novos documentos ou a substituição de documentos essenciais que já deveriam ter sido entregues válidos.

A certidão de FGTS vencida não se enquadra como falha formal ou meramente acessória, mas sim como ausência de um requisito essencial à habilitação. A validade dos documentos apresentados é um critério objetivo e incontornável, previsto no edital, e sua ausência na data da sessão de habilitação inviabiliza a análise da regularidade fiscal da proponente.

Permitir o saneamento de documentos vencidos seria equivalente a conceder à recorrente uma segunda oportunidade para cumprir as exigências do edital, o que seria flagrantemente contrário aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório. Outros participantes que cumpriram rigorosamente as exigências editalícias seriam prejudicados por uma flexibilização injustificada. Essa posição tem como objetivo preservar a integridade do certame e garantir que todos os licitantes sejam tratados de forma equânime e objetiva.





PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1416 RUBRICA SA

Além disso, permitir a complementação do documento após o prazo de habilitação comprometeria a segurança jurídica do processo licitatório, abrindo precedentes para flexibilizações arbitrárias que poderiam comprometer futuros certames.

Assim, não há fundamento jurídico para acolher o pedido da AGRIFAMI de substituir a certidão vencida por outra válida. A inabilitação está plenamente fundamentada nas disposições do edital e nos princípios que regem as contratações públicas.

VII. CONCLUSÃO

Diante da análise detalhada dos fatos, das normas aplicáveis e dos documentos apresentados, conclui-se que a inabilitação da Associação de Agricultores Familiares de Itaboraí e Municípios Vizinhos (AGRIFAMI) foi procedente e encontra-se integralmente amparada nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da isonomia, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Realizados todos os esclarecimentos necessários e considerando que a invalidade de documentação inviabilizou o cumprimento de exigência editalícia, DECIDO:

- **Negar provimento ao recurso administrativo** interposto pela AGRIFAMI, mantendo sua inabilitação no âmbito do Chamamento Público nº 001/2024, com fundamento nos seguintes pontos:

I. Apresentação de Certidão de Regularidade do FGTS vencida, em desconformidade com o item 6.1.1.a.4 do edital.

II. Impossibilidade de regularização de documento essencial com validade expirada, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

- Desta forma, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes elementos de admissibilidade. No mérito, **nego-lhe provimento e mantenho inalteradas as decisões tomadas no âmbito do Chamamento Público nº 001/2024.**



PROCESSO Nº 11.079/2024

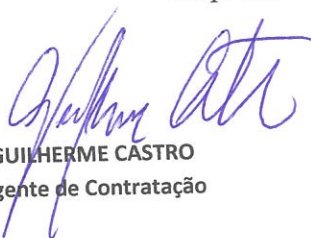
FLS. 1417 RUBRICA SA

- Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame.

- Dê ciência da decisão à requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

- Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, e posteriormente, à autoridade competente para ciência e decisão final.

Saquarema, 27 de novembro de 2024.



GUILHERME CASTRO
Agente de Contratação

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109